

## 1 Memória de Reunião

<b>Data:</b> 27/09/2024	<b>Local Plataforma Virtual Jitsi Meet:</b> <a href="https://meet.jit.si/CBHSVM">https://meet.jit.si/CBHSVM</a>
<b>Início previsto:</b> 13:30	<b>Término previsto:</b> 16:30
<b>Objetivo:</b> Pauta	
<p>I. Abertura e verificação de quórum;</p> <p>II. Continuidade da análise e proposição das ações, conforme debatidas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23/09/2024, referentes à Resolução AGERH no 003 (anexa), de 17/09/2024 - Declara Estado de Alerta frente ao prolongamento da escassez hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo e dá outras providências:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- atualização dos dados de vazão pela AGERH/Antonio Oliveira Junior (representante institucional);</li><li>- informe CESAN, volume captado e volume destinado a indústria e Plano de Segurança da Água;</li><li>- adoção de providências, moções e deliberações cabíveis sob a competência do CRH.</li></ul> <p>III. Informes gerais e encerramento.</p>	

### 2 Representantes Poder Público:

- 3 ➤ Cintia Aparecida Bremenkamp – INCAPER (**Presente**)
- 4 ➤ Fabiano Zamprogno Novelli – IEMA (**Presente**)
- 5 ➤ Lizandra Foeger – Prefeitura Municipal da Serra (Ausente)
- 6 ➤ Marcos Adriano Rauta- Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina (Ausente)
- 7 ➤ Mariângela Dutra de Oliveira – IFES Vitória (Ausente)
- 8 ➤ Rafaela Tesh – Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (**Presente**)
- 9 ➤ Tarcísio Föeger - Prefeitura Municipal Vitória (**Presente**)

### 10 Representantes Usuários:

- 11 ➤ Carla Caon – Arcelor Mittal (**Presente**)
- 12 ➤ Deisy Silva Corrêa – CESAN (**Presente**)
- 13 ➤ Thais Peisino – Vale S.A (**Presente**)
- 14 ➤ Egnaldo Andreatta – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá (**Presente**)
- 15 ➤ Denilson Potratz – COPEAVI (Ausente)

### 17 Representantes Sociedade Civil:

- 18 ➤ José Luiz dos Santos Aristeu – Quilombo Benvindo P. dos Anjos (Ausente)
- 19 ➤ Yhuri Cardoso Nóbrega – Instituto Ambiental Marcos Daniel (**Presente**)
- 20 ➤ Carlos Eduardo Stein – Voz da Natureza (Ausente)
- 21 ➤ Jean Carlos Gratz Pedrini – Acapema (Ausente)
- 22 ➤ (Suplente) Carlos Rogério Thomé Pacheco – Rotary Club Vitória Oeste (Ausente)
- 23 ➤ (Suplente) Eralton Moreschi – Juntos SOS ES Ambiental (Ausente)
- 24 ➤ (Suplente) Grazieli de Paula Pirovani – Instituto Lixo Zero (Ausente)

25 **Representante Institucional:**

- 26 ➤ Antônio de Oliveira Junior – AGERH (**Presente**)

27 **Convidados:**

- 28 ➤ Stephanie C. Zucoloto Magalhães - SEMMA/PMS (**Presente**)
- 29 ➤ André Lima - CESAN (**Presente**)
- 30 ➤ Ludimila Girondoli – CESAN (**Presente**)
- 31 ➤ Lenícia Kosanke Brum- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá  
**(Presente)**
- 33 ➤ Lincoln e Fernando (**Presente**)

34

35 Reunião aos vinte e sete um dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e quatro, às  
36 treze horas e trinta minutos, foi realizada a reunião Extraordinária virtualmente pelo aplicativo  
37 Jitsi Meet, segue o link: <https://youtube.com/live/pAR9r23Ix3M>.

38 O presidente Tarcísio Foëger deu início à reunião contextualizando os fatores que motivaram  
39 a convocatória do comitê e abriu a palavra para o representante da AGERH no colegiado,  
40 Antônio de Oliveira Júnior, para que apresentasse informações sobre a conjuntura hídrica  
41 relacionada a Resolução AGERH, que estabeleceu cenário de alerta no ES. Dando início a  
42 participação na reunião, Antonio apresentou sobre o regime de vazões do rio Santa Maria da  
43 Vitoria, destacando as vazões médias mensais captadas pela CESAN no período entre 2015 e  
44 2023, em contraste com as vazões mínimas mensais monitoradas no rio no mesmo período,  
45 registradas por força de condicionante prevista na Portaria de Outorga nº191. O fluvioograma  
46 apresentado demonstra a sensibilidade do regime de vazões da porção do baixo rio Santa  
47 Maria da Vitoria que tem se apresentado constantemente dentro da faixa de vazões mínimas,  
48 consideradas críticas. A recorrência de vazões críticas neste trecho do rio monitorado  
49 representa claramente comportamento hídrico preocupante do ponto de vista da gestão dos  
50 usos múltiplos na bacia. Informou que a situação, independente do cenário sem chuva,

51 demanda atenção, indicando a necessidade de uma abordagem diferenciada para a gestão  
52 dos usos e das reservas hídricas na bacia, que em parte pode ser conduzida através do  
53 protocolo operacional das hidrelétricas de Rio Bonito e Suíça. Alternativamente, é importante  
54 considerar outras soluções hídricas que possibilitem maior reserva ou mesmo a racionalização  
55 das demandas hidricas da bacia. O Sr.Tarcísio Föeger ressaltou que o cenário atual é  
56 preocupante e que é imprescindível a adoção de medidas urgentes. Ele explicou que o  
57 propósito desta reunião é avaliar se a resolução atual está atendendo de maneira adequada  
58 às necessidades hídricas da bacia do rio Santa Maria da Vitória, buscando compreender se as  
59 ações propostas são suficientes ou se será necessário encaminhar à Agerh a implementação  
60 de ações complementares. Após, questionou Antônio de Oliveira Júnior se ele possui  
61 informações sobre a vazão atual enfrentada e se poderia informar por quantos dias  
62 conseguiram manter esse nível de vazão e de serviços. Antônio de Oliveira Junior comunicou  
63 que a situação estará condicionada às diretrizes do protocolo operacional relacionado ao  
64 statkraft. A partir de julho, foi publicada resolução de cenário de atenção, e em seguida agora  
65 em setembro, a resolução de alerta, ambas fundamentadas ao monitoramento dos rios e  
66 reservatórios e suas respectivas defluências, programadas para operarem segundo os  
67 cenários citados.. No momento, o volume útil encontra-se em 80%, e essa quantidade está  
68 sendo analisada em relação aos níveis de defluência e afluência de Rio Bonito, conforme a  
69 vazão que está entrando na barragem. Em relação à capacidade de regularização do  
70 reservatório, ao considerar apenas a captação da CESAN, ou seja, a vazão instantânea  
71 destinada ao trecho final, é viável assegurar o abastecimento humano por um período  
72 aproximado de dois meses. Contudo, essa estimativa está condicionada ao estado atual do  
73 protocolo operacional, cabendo revisões de acordo com os cenários preditivos de chuva.  
74 Entretanto, essa situação também representa uma oportunidade para analisar este protocolo  
75 operacional e determinar o limite mínimo de defluência necessário para a realização de novas  
76 projeções. Dessa forma, discutiríamos como objetivo de determinar qual a defluência mínima  
77 necessária para atender às exigências estabelecidas na portaria de outorga e demais usos à  
78 jusante da barragem. Após a obtenção dessa informação, o comitê deveria se reunir para  
79 discutir e analisar os resultados. Em seguida, o Presidente abriu a palavra para outros  
80 membros da plenária. André Lima fez uma complementação às informações apresentadas por  
81 Antônio de Oliveira Júnior. Informando que no momento, o nível da barragem encontra-se em  
82 cerca de 87% do volume útil total. Mencionando que estamos mantendo uma defluência  
83 aproximada de 3.900, conforme estabelecido. Ele esclareceu que há uma curva-chave da

84 barragem e, em virtude da situação da starkraft, que estão acatando o decreto da Agerh, que  
85 impõe restrições à geração de energia desde o ano passado, o que tem levado à insuficiência  
86 na geração da vazão necessária. Destacou também que a influência deste volume de 87% na  
87 barragem assegura que, na ausência de precipitações durante este período e considerando  
88 apenas as contribuições mencionadas, a situação se mantém controlada. Egnaldo Andreatta  
89 complementou as observações feitas por Antônio de Oliveira Júnior, abordando a situação  
90 localizada acima da barragem. Ele salientou que os níveis de água nos córregos da região são  
91 satisfatórios e que não foram recebidos relatos de agricultores ou produtores rurais  
92 enfrentando dificuldades de irrigação em suas lavouras. Ele também relatou que a situação  
93 em Santa Maria de Jetibá é estável no que se refere à disponibilidade de água nas  
94 propriedades rurais. Adicionalmente, comentou sobre o que foi mencionado por André Lima  
95 a respeito da Resolução 004, de novembro e dezembro de 2023, instituída pela Agerh,  
96 destacando que ocorreram algumas alterações e que foram implementados esforços locais na  
97 região. Deisy Silva Corrêa apresentou dois representantes da Cesan: André Lima, que é  
98 engenheiro e atua como gestor da unidade de operação da produção de água Norte,  
99 responsável pela Estação de Tratamento de Água (ETA) Carapina e pela captação em Santa  
100 Maria. Também a engenheira Ludmila. Em seguida Tarciso Foëger passa para o **informe**  
101 **CESAN, volume captado e volume destinado a indústria e Plano de Segurança da Água;** e  
102 **adoção de providências, moções e deliberações cabíveis sob a competência do CRH.** André  
103 Lima cumprimentou a todos e iniciou uma breve apresentação ainda sobre o ponto de pauta  
104 II. Em seguida, apresentou um resumo histórico que contextualizou a crise hídrica ocorrida em  
105 2015 até o cenário atual. Após Tarciso Foëger abriu o espaço para questionamentos.  
106 Stephanie C. Zucoloto Magalhães perguntou a André Lima sobre a elaboração do plano de  
107 segurança. Ela manifestou interesse em saber se a CESAN possui uma previsão para a criação  
108 desse plano, uma vez que sua implementação é recomendada pela portaria do Ministério da  
109 Saúde. Ressaltou que esse plano abrange não apenas a concepção do abastecimento, mas  
110 também a área de captação dos mananciais e diversos fatores externos. Ademais, toda a  
111 expertise adquirida em virtude das crises anteriores foi incorporada ao plano. No contexto  
112 atual de mudanças climáticas, considerando fundamental que a empresa possua um plano  
113 estruturado. Informando que quando menciona que o ano de 2024 não está dentro da curva-  
114 chave, isso sugere que este novo procedimento é distinto dos anos anteriores. Podemos ter  
115 essa segurança com base no decreto emitido pela Agerh sobre a geração de energia. Contudo,  
116 perguntou-se essa situação é prevista para se manter nos próximos anos ou se a considera

117 uma medida emergencial em resposta à crise enfrentada no final do ano passado. André Lima  
118 comunicou que, em relação ao plano de segurança hídrica, já tentou desenvolver essa  
119 iniciativa em duas oportunidades. Na primeira ocasião, buscou integrar diversos sistemas, mas  
120 não obteve resultados significativos. Posteriormente, direcionou seus esforços para os dois  
121 principais sistemas, Jucu e Santa Maria; no entanto, não conseguiu avançar, em razão da  
122 complexidade multidisciplinar que o plano demanda. Internamente, a CESAN tem procurado  
123 alternativas para a elaboração desse plano. Em seguida, mencionou que estava programada  
124 uma reunião com a STATKRAFT para ontem, mas, em virtude da agenda do diretor da Agerh,  
125 Zé Roberto, essa reunião foi remarcada para a próxima semana. Informando que propósito da  
126 conversa será discutir a questão da defluência, visando atender ao decreto estabelecido no  
127 ano passado. Antônio de Oliveira Junior destacou que o que consideramos um conforto em  
128 termos de defluência é, na verdade, bastante distinto. Embora tenhamos uma regra  
129 operacional, é importante prever que essa regra não se restrinja apenas ao abastecimento,  
130 mas sim aos múltiplos usos. Como mencionado, o fator de atenuação foi estabelecido para  
131 garantir o atendimento por um máximo de dois meses. Informou que fez suas observações  
132 com base na vazão de referência e não em relação ao protocolo que, na realidade, não está  
133 sendo cumprido. Após, pediu esclarecimento ao André Lima, perguntando se ele está  
134 referindo ao volume útil ou ao volume operativo. André Lima respondeu a Antônio de Oliveira  
135 Junior esclarecendo que, ao mencionar um nível “confortável”, referia-se especificamente ao  
136 uso múltiplo da bacia. Ele destacou que, se conseguirmos manter uma defluência em torno  
137 de 3,700 litros por segundo, seremos capazes de atingir de 4 a 5 metros cúbicos, o que  
138 garantirá uma vazão residual na bacia. Acredita que, mesmo assim, conseguiremos alcançar  
139 esse objetivo, não em janeiro ou fevereiro, mas com certeza até dezembro. Informou que com  
140 relação a esse nível e ao mencionar os 87%, destaco a diferença em comparação com a  
141 Statkraft, que possui um volume máximo definido até a válvula da tubulação de sua turbina,  
142 operando dentro desse limite. Em seguida, comunicou que a reunião da Agerh com a Statkraft  
143 e a CESAN foi antecipada; ao invés de ocorrer na sexta-feira, será realizada na segunda-feira  
144 à tarde. O tema central será a discussão sobre a alteração da vazão, e acredita que essa  
145 reunião representará o início do processo de revisão. Stephanie C. Zucoloto Magalhães  
146 questionou Antônio de Oliveira Junior sobre quais medidas ele considera que os usuários  
147 possam adotar para garantir que a vazão não permaneça abaixo do mínimo estabelecido como  
148 referência. De forma prática, quais ações ele visualiza, especialmente levando em conta a  
149 perspectiva dos usuários. Antônio de Oliveira Junior respondeu a Stephanie C. Zucoloto

150 Magalhães, informando que a Resolução 3 de 2024 estabelece a redução do volume diário  
151 outorgado para a captação de água. Essa norma aplica-se a todas as portarias de outorga de  
152 direito de uso de recursos hídricos emitidas em todo o estado, com os seguintes termos:  
153 redução de 20% do volume diário outorgado para fins de irrigação, mediante uma diminuição  
154 no tempo de funcionamento; e redução de 25% do volume diário outorgado para as captações  
155 de água. Em relação às tomadas de água, há um sistema de bombeamento que resulta em  
156 uma redução de 35% no volume outorgado para outras finalidades, exceto para usos não  
157 consuntivos. O que se espera é obter dados que possam ser aprimorados. É fundamental que  
158 realizemos esse refinamento em conjunto com a própria Cesan, considerando a vazão média  
159 no histórico disponível, para garantir um monitoramento efetivo no período. Tarciso foëger  
160 pergunto aos senhores conselheiros se tem mais elementos a serem encaminhados,  
161 especialmente em relação às recomendações e cobranças a serem direcionadas à Agerh. É  
162 importante que tentemos elaborar uma formulação específica para a bacia do rio Santa Maria  
163 da Vitória. Além disso, precisamos avaliar se os itens elencados na resolução atendem às  
164 questões que estamos discutindo, ou seja, se o que está contido na resolução é adequado  
165 para a bacia do rio Santa Maria, considerando o diagnóstico que tivemos a oportunidade de  
166 analisar nesta reunião. Fabiano Zamprogno Novelli, informou que considera a resolução como  
167 concluída, entretanto acredita ser necessário realizar algumas fiscalizações e, gradativamente,  
168 observar como o território está se comportando. Em seguida, Egnaldo Andreatta informou  
169 que, em relação à resolução da Agerh, a sugestão é que a resolução 004 de dezembro do ano  
170 passado, seja incorporada ao protocolo de entendimento sobre o uso das águas da barragem  
171 assim que este for atualizado. Portanto, minha proposta não se alinha exatamente com as  
172 recentes resoluções, mas sugere que um comitê encaminhe à Agerh o pedido para que essa  
173 resolução seja permanentemente incluída no protocolo de entendimento sobre os usos das  
174 águas da barragem. Tarciso foëger considera que os objetivos estabelecidos nessa reunião,  
175 foram plenamente alcançados. Sugeriu que retomássemos essa reunião na próxima sexta-  
feira. Antônio de Oliveira Junior enfatizou análise técnica, na qual destaca que,  
177 reiteradamente, temos enfrentado uma frequência de vazões de exceção iguais ou inferiores  
178 à prevista na portaria de outorga da CESAN apresentada na reunião. No órgão gestor, é nossa  
179 responsabilidade atender a essas questões. Existe um instrumento de outorga que deveria  
180 contemplar as condições de exceção, conforme estabelecido no artigo terceiro da referida  
portaria. Todas as condições relacionadas devem ser cuidadosamente analisadas,  
182 especialmente considerando as reiteradas ocorrências e circunstâncias que têm violado a

183 portaria. É fundamental que tenhamos em mente que, além do que já está estabelecido em  
184 nosso regulamento, é crucial observar tais diretrizes. Gostaria de propor uma reflexão  
185 orientadora ao comitê, para que comprehenda a importância de um regulamento ativo. Para  
186 que um conjunto de diretrizes seja efetivo, ele não pode ser apenas um documento assinado;  
187 deve ser uma prática dinâmica e vivida. Tarciso fooger relatou que todos testemunharam  
188 recentemente uma mortandade de peixes no rio Santa Maria, o que impactou a população  
189 pesqueira artesanal em Vitória. Até o momento, não se tem clareza sobre as causas desse  
190 evento. Embora não possamos afirmar que essa mortandade esteja diretamente relacionada  
191 ao equilíbrio hídrico entre água doce e salgada, também não podemos descartar essa  
192 possibilidade. Cintia Aparecida Bremenkamp considero fundamental à necessidade de uma  
193 campanha de conscientização com urgência. Fabiano Zamprogno Novelli levantou uma  
194 questão relacionada ao planejamento da Agerh, questionando se há alguma previsão para a  
195 realização de atividades mais intensivas ou até mesmo orientativas em relação à bacia da qual  
196 somos conselheiros. Antônio de Oliveira Junior confirmou a existência de um trabalho  
197 coordenado entre a Defesa Civil, a Polícia Ambiental, o IDAF, o IEMA e a AGERH. Atualmente,  
198 contamos com uma equipe realizando um nivelamento técnico, já havendo profissionais em  
199 campo. Estamos regionalizando algumas bacias que já apresentam conflitos significativos. É  
200 essencial coletar esses dados, pois é necessário coordenar e garantir a coexistência de  
201 esforços distintos. Após a confirmação de Tarciso Fooger com todos os participantes, a  
202 próxima reunião foi agendada para sexta-feira, dia 04 de outubro de 2024, às 09h30. Em  
203 seguida, a reunião foi encerrada às dezesseis horas. A presente Ata foi lavrada por mim, Nicolly  
204 Pereira Fidelis, em suporte à Secretaria Executiva do Comitê.

205

206

207 Tarcísio Föeger

Deisy Silva Corrêa

208 Presidente

Secretário Executivo

209